

Partido Comunista Português

Comunicado ao Povo Madeirense



O Partido Comunista Português (PCP) entrou em actividade legal no distrito do Funchal logo após o 25 de Abril estando a funcionar presentemente sob a égide da sua Comissão Concelhia do Funchal reorganizada em Maio. Já foram realizadas várias reuniões internas para militantes e simpatizantes que decorreram numa sala numa escola primária sita na rua Aspirante Mota Freitas, com a participação de dezenas de trabalhadores. Até agora a dificuldade em encontrar sede impediu a existência de um Centro de Trabalho que permitisse a organização de sessões públicas de esclarecimento. O problema encontra-se agora resolvido com a abertura desse Centro de Trabalho a partir do dia 1 de Setembro na rua da Carreira n.º 139, esperando-se a realização das ditas sessões públicas de esclarecimento do PCP nas primeiras semanas do mês de Setembro.

Secção de Informação e Propaganda da Comissão Concelhia do Funchal do Partido Comunista Português.

ABERTURA DO CENTRO DE TRABALHO

Os comunistas madeirenses saúdam calorosamente o povo madeirense em geral e os trabalhadores em especial e desejam ardentemente que a unidade do povo em luta consiga democratizar as estruturas políticas e sócio-económicas da Ilha da Madeira pois, por enquanto, o tempo passa rapidamente e o «25 de Abril» anda arredio desta Ilha. Os militantes madeirenses do PCP lutarão para que os reaccionários e fascistas que sempre oprimiram e exploraram o povo sejam saneados dos muito lugares político-administrativos que ainda ocupam e para que a população trabalhadora melhore substancialmente o seu nível de vida. Para estas tarefas urgentes estão os militantes do PCP dispostos a dar toda a sua colaboração às massas populares sejam quais forem os sacrifícios exigidos. A abertura na Madeira do Centro de Trabalho do PCP, que é já um passo dado para o cumprimento daquelas tarefas, foi conseguido devido ao apoio que os comunistas têm encontrado do lado dos trabalhadores.

Ao dar a conhecer publicamente a abertura da sede na Madeira do PCP aproveitamos para convidar o povo madeirense a visitar-nos para troca de impressões e recolha de material de informação e propaganda para o que estabelecemos um horário provisório para o público em geral: nos dias úteis das 13 horas às 15 horas e das 18 h. às 21 h. e aos Sábados e Domingos das 15 h. às 20 horas. A sede que só entra em funcionamento no dia 1 de Setembro próximo fica situada na rua da Carreira n.º 139.

A Comissão Concelhia do Funchal
do Partido Comunista Português

No momento actual tem bastante interesse relembrar os seguintes pontos da resolução da sessão plenária do Comité Central do PCP: «No caminho da Democracia e da Paz».

MANOBRAS CONTRA-REVOLUCIONÁRIAS

A ditadura fascista foi derrubada, mas o fascismo não foi totalmente destruído. Os fascistas dispõem ainda de fortes posições no aparelho do Estado, em grupos económicos dominantes e em numerosos sectores da vida social portuguesa. Sectores reaccionários e conservadores, que beneficiaram de privilégios no tempo da ditadura, opõem-se ao curso democrático da política portuguesa.

Acerca do perigo de um regresso ao fascismo, o PCP *insiste em alguns pontos essenciais:*

1.º — O fascismo encontra a barrar-lhe o caminho duas forças fundamentais: as Forças Armadas, que fizeram o 25 de Abril e se mantêm fiéis aos objectivos de liquidar o fascismo e de instaurar um regime democrático em Portugal, e o grande movimento popular de massas, cujos principais componentes são os Partidos Comunista e Socialista, o Movimento Democrático Unitário, os movimentos democráticos da juventude e das mulheres. *Se se mantém a unidade do movimento popular e a aliança deste com as Forças Armadas, quaisquer tentativas contra-revolucionárias serão derrotadas e esmagadas.*

2.º — A estratégia da contra-revolução condensa-se em seis direcções: 1) Dividir o movimento popular e quebrar a sua aliança com as Forças Armadas; 2) Criar dificuldades económicas conduzindo o País a uma grave crise que levantaria amplos sectores da população contra o Governo Provisório; 3) Provocar dificuldades nas classes trabalhadoras e nas camadas médias e agudizar os conflitos sociais, criando um clima de desassossego, de intranquilidade e de anarquia; 4) Multiplicar as provocações políticas e os actos de diversão ideológica; 5) Ganhar posições nas novas estruturas para refrear a democratização na medida do possível; 6) Como resultante de todas estas formas de acção, criar condições para a formação de um «governo forte» das direitas com o objectivo de «restabelecer a ordem» política, social e económica ou mesmo para um sangrento golpe contra-revolucionário.

Multiplicam-se as tentativas de intimidação, as provocações, a distribuição de papéis anónimos. Os fascistas encontram nos pseudo-revolucionários um aliado na luta contra as Forças Armadas, contra o PCP e outras forças democráticas.

A intensificação da reacção fascista e fascizante mostra que esta se está a organizar. Nos últimos dias do mês de Maio a contra-revolução sofreu um sério desaire. Novo desaire sofreu com a tentativa de manifestação de rua de carácter reaccionário no dia 10 de Junho, fracassada pela pronta reacção das massas e das forças democráticas.

Nas actividades contra-revolucionárias o *anticomunismo* começa a manifestar-se cada vez com maior clareza.

O Povo Português sabe, bem, pela experiência de quase 50 anos de ditadura fascista, que o anti-comunismo, a agitação do «perigo comunista», a justificação dos ataques do

PCP com a afirmação de que este procurava instaurar uma «ditadura comunista», foi sempre uma justificação dos esforços reaccionários para abafar as liberdades.

Não pode deixar de chamar a atenção para que, apenas dois meses após o derrubamento da ditadura fascista, começam a manifestar-se diversas formas de propaganda anticomunista e que os ataques ao PCP, explícitos ou velados, mas de qualquer forma em termos muito semelhantes aos usados no regime deposto, ganham cada vez maior nitidez.

No momento em que, para assegurar a democratização da sociedade portuguesa é, mais do que nunca, necessária a unidade de todas as forças interessadas nesse processo, ataques ao PCP visam, não apenas atingir o Partido, mas pôr em causa o regime instaurado pelo 25 de Abril. O anticomunismo e os ataques ao PCP são, em si mesmos, ataques às liberdades e ao curso democrático.

O PCP defende firmemente as liberdades. Actua leal e conseqüentemente para o cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas. É uma força sem a qual seria difícil, se não impossível, nas condições actuais, prosseguir a construção de uma ordem democrática.

O REFORÇO DA UNIDADE

Para o prosseguimento do processo de democratização, para fazer face às tentativas contra-revolucionárias, para realizar os outros objectivos correspondentes à situação política actual, são condições essenciais *o reforço da unidade da classe operária e das massas trabalhadoras, o reforço da unidade das forças democráticas e o reforço da aliança do movimento popular com as Forças Armadas.*

A estreita cooperação entre os partidos que participam no actual curso político ganha cada vez maior importância.

Registam-se como fenómenos prejudiciais os ataques de qualquer partido em relação a outros, o apoio explícito a forças que se encontram em luta aberta contra a unidade, os choques de iniciativas que poderiam ser comuns e unitárias.

Desacordos que surjam entre os partidos devem ser imediatamente sanados em contactos e conversações. Pela sua parte, o PCP está pronto a estreitar os laços de cooperação traduzidos na acção concreta com os outros partidos interessados no curso político actual, designadamente o Partido Socialista, o Movimento da Esquerda Socialista e o Partido Popular Democrático.

O *Movimento Democrático*, em que participam, além de pessoas filiadas em partidos políticos, numerosos portugueses e portuguesas sem partido, continua a desempenhar um papel de primeiro plano na vida política.

Os movimentos unitários de massas da juventude trabalhadora, dos estudantes, das mulheres e outros constituem valiosos baluartes do movimento popular organizado.

O *movimento sindical*, cujo carácter unitário é de manter e reforçar, dá poderosa contribuição ao processo de democratização.

É particularmente importante a *participação dos católicos* na vida política portuguesa. O CC desaprova a divulgação pelos meios de informação de massas (TV, rádio, etc.) de obras literárias, teatrais e outras que firam as crenças e sentimentos religiosos. Fomentar conflitos em torno do problema da religião só pode conduzir a divisões e confrontos no movimento

popular, num momento em que a unidade é mais necessária do que nunca.

O PCP pronuncia-se decididamente pelo reforço da *aliança do movimento popular com as Forças Armadas*. A continuação do processo de democratização depende da continuação e do reforço dessa aliança. O PCP insiste em que nem as Forças Armadas poderiam conduzir o País para a democratização sem a participação das forças populares, nem as forças populares poderiam fazê-lo sem as Forças Armadas.

O PCP critica severamente atitudes que procurem abrir brechas entre o povo e as Forças Armadas. *A todos os níveis e em todos os sectores se deve reforçar a mútua compreensão, o mútuo respeito e a mútua cooperação.*

O PCP está profundamente empenhado, com todas as suas forças e energias, em trabalhar para *assegurar a defesa e consolidação das liberdades alcançadas, para cortar o passo à recção e ao fascismo, para pôr fim à guerra colonial, para prosseguir o processo de democratização.*

O PCP participa no *Governo Provisório* a fim de dar uma contribuição mais efectiva à obra de liquidação do fascismo, de democratização de estabelecimento da paz, de preparação de eleições livres. Apesar dos limites do Programa, dos limites da capacidade de decisão e da complexidade e contradições da situação actual, os balanços da acção do Governo no País e da participação comunista no Governo são positivos.

Em estreita ligação com as massas, voltado para a acção das massas, o PCP não poupa esforços para conduzi-las à participação dinâmica e criadora na realização das tarefas da hora presente.

O PCP tem uma mesma política onde quer que se encontrem os seus membros. Uma política de firme defesa dos interesses da classe operária, das massas laboriosas, de todas as classes e camadas interessadas na instauração de um regime democrático em Portugal. Uma política ampla e aberta, contrária ao espírito de grupo e de seita, cujas manifestações de sectarismo, quando se produzem, são prontamente combatidas. *Uma política de leal fidelidade a pactos de acção unitária estabelecidos com outras forças. Uma política de cooperação sincera na aplicação do Programa do Movimento das Forças Armadas. Uma política inspirada simultaneamente por ideais de um patriotismo esclarecido e pelos ideais do internacionalismo proletário.*

O processo político encetado pelo 25 de Abril tem sido e tudo indica que continuará a ser irregular, complexo, com bruscos avanços e recuos. A reacção e o fascismo multiplicarão os seus esforços para reconduzir Portugal à noite negra da tirania que sofreu durante 48 anos. Há, porém condições e forças para vencer as dificuldades, para bater os inimigos, para prosseguir o caminho da liberdade.

Na situação actual, o PCP, ao lado de todas as forças democráticas e patrióticas, concentra as suas energias na realização dos elevados objectivos de *conduzir o País à realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte e de construir, segundo a vontade expressa do povo português, um Portugal democrático, pacífico e independente.*

A batalha será difícil. Se souber unir-se, organizar-se, ter em cada momento em conta a situação real, o povo português tem a vitória assegurada.

O Comité Central
do Partido Comunista Português

ABM